



# Município de Santa Maria do Oeste

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359



Santa Maria do Oeste, 17 de dezembro de 2025.

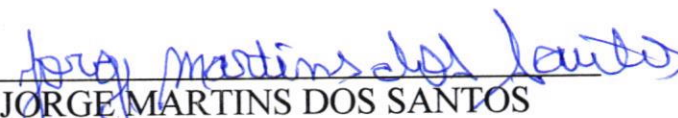
Ao  
Setor de Licitações

**Assunto: Aditivo de Prazo e Valor de Contrato**  
**PREGÃO 54/2024 – CONTRATO 150/2024**  
**SILICON ENERGIA SOLAR LTDA**

Considerando o requerimento da empresa supra citada datada de 17/12/2025 e o Parecer Jurídico 60/2025 de 17/12/2025, solicito a este setor a aditivação de Prazo (60 dias) e de Valor R\$ 54.528,98 (Cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), conforme resultado da Correção pelo IPCA de dez/2023 a nov/2024 em anexo.

Saliento a necessidade de aditivo como cumprimento de cláusulas contratuais de acordo com parecer jurídico.

Sendo isto para o momento, agradeço o atendimento.

  
JORGE MARTINS DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Habitação e Obras



## Calculadora do cidadão

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

FLS. 851  
Acesso público  
16/12/2025 - 16:39  
[CALFW0302]

**Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)****Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)****Dados informados**

Data inicial	12/2023
Data final	11/2024
Valor nominal	R\$ 1.119.000,00 ( REAL )

**Dados calculados**

Índice de correção no período	1,04873010
Valor percentual correspondente	4,873010 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.173.528,98 ( REAL )

\*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE  
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024;  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2024.

Ref.: Requerimento de reajuste de preço e memorial de cálculo

Ilma. Autoridade Responsável,

**SILICON ENERGIA SOLAR LTDA**, doravante denominada SILICON SOLAR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.085.310/0001-01, com sede à sede na Rua da Glória, nº 175, CEP 80.030-060, Centro Cívico, Curitiba Pr, na forma do seu Contrato Social, por intermédio de seu representante legal Sr. JEFERSON JOSÉ TARNOWSKI, portador da Carteira de Identidade sob o nº 10.530.530-3 e CPF sob o nº 070.258.529-70, vem, por meio deste, apresentar **PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO**, sobre o valor de todos os serviços executados no contrato Nº 150/2024, conforme fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

## 1. DO DIREITO AO REAJUSTE

Naquilo que diz respeito ao reajuste em sentido estrito ora pleiteado, registre-se que a sua concessão consiste em direito do contratado.

Nesse sentido, destaca-se que a Lei nº 14.133/2021, que rege o Contrato em epígrafe, dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de tal instituto:

Art. 25 (...) § 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, **será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado** e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Art. 92 (...)

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e **a periodicidade do reajustamento de preços** e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

§ 3º Independentemente do prazo de duração, **o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado**, e poderá ser

estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

No mesmo sentido, o contrato em epígrafe estabelece em sua Cláusula 5. DO REAJUSTE o seguinte:

**5.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.**

**5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.**

Como se pode notar, de acordo com a legislação aplicável e ao contrato, após um ano da data do orçamento, **sem necessidade de qualquer pedido do contratado**, os preços iniciais deveriam ser reajustados, pelo IPCA.

Não há, portanto, qualquer dúvida do direito da Contratada SILICON SOLAR em receber o reajuste em sentido estrito devido.

Sendo assim, passa-se a demonstrar o cálculo do reajuste ora pleiteado

## **2. DATA BASE DO ORÇAMENTO**

Conforme o documento "Anexo X – Orçamento de referência" disponibilizado junto aos documentos do edital no portal de transparência do município de Santa Maria do Oeste, a data base da planilha orçamentária foi dezembro/2023, como apresentado a seguir:





Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - Data base: 1º Dezembro/2023

EMPRESA: OSRA  
LOCAL: Santa Maria do Oeste - PR  
PROPRIETÁRIO:

Banco: SNAPE  
OSRA  
CORPORES PIONEIRAS

R.D.I.  
26,31%


Encargos Sociais  
75,10%

Item	Código	Descrição	Unid	Quant	Quant Projeto	Valor Unit	Total	Prest. do Custo(%)
<b>1. ESTUDO, LIGAÇÃO, PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS PRELIMINARES</b>								
1.1	TCE - 000	Visita, relatório fotométrico, estudo, elaboração de projeto elétrico e projeto de sistema de geração de energia fotovoltaica, cópia da documentação apresentada à concessionária, laudo da comitê, e ARTS.	mês	1,00	7,00	6.932,17	6.932,17	25,98%
1.1	TCE - 001	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS	mês	4,00	1,00	12.885,56	352.875,40	26,57%
1.2	7428101	PLACA DE OBRAS EM OBRAS DE AÇO GALVANIZADO	m²	1,00	7,00	380,70	3.967,30	0,30%
<b>2. Suprimento e Sistema CC Distribuição</b>								
							<b>R\$ 140.375,89</b>	<b>R\$ 863.876,86</b>
							<b>R\$</b>	<b>65,10%</b>
2.1	10183	SNAPE Cabo de cobre, Seção 4 ou 6, isolado em PVC, antichama bulb, cabotubo pre-el, antichama bulb, 1 condutor, 0,61 m	m	50,00	4,00	31,30	8.365,04	0,47%
2.1.1	1180	ORSE Cabo cobre flexível, não isolado, 10,0mm² - 0,61KV / 90°	m	50,00	1,00	19,34	703,00	0,38%
2.1.1	1181	ORSE Cabo cobre flexível, não isolado, 10,0mm² - 0,61KV / 90°	m	50,00	1,00	47,56	2.307,87	1,18%
2.1.1	1181	ORSE Cabo cobre flexível, não isolado, 16,0mm² - 0,61KV / 90°	m	50,00	6,00	17,84	5.351,08	0,40%
2.1.1	1181	ORSE Cabo cobre flexível, não isolado, 25,0mm² - 0,61KV / 90°	m	50,00	8,00	38,55	7.967,40	0,58%
2.1.1	13104	ORSE Caixa plástico elétrico em chapa metálica 400 x 50 x 30mm	un	1,00	7,00	260,74	1.825,18	0,13%
2.1.1	10391	ORSE Dispositivo termomagnético bipolar 150 A, com caixa metálica 10KA	un	1,00	1,00	548,17	548,17	0,34%
2.1.1	11572	ORSE Dispositivo bipolar 70 A, padrão ON (linha branca), com de disparo C, corrente de abertura 10KA, sel. Siemens 5531 ou similar	un	1,00	1,00	133,62	133,62	0,01%
2.1.1	10311	ORSE Dispositivo bipolar 100 A, com caixa metálica, corrente interrupção 30KA	un	1,00	1,00	440,07	440,07	0,03%
2.1.1	10380	ORSE Dispositivo termomagnético bipolar 125 A com caixa metálica 10 KA	un	1,00	4,00	565,17	2.260,68	0,17%
2.1.1	10341	ORSE Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 80KA - 275V	un	3,00	7,00	107,86	3.264,05	0,17%
2.1.1	11807	ORSE Curva vertical 50 x 50 mm para eletroduto metálico, com ângulo 90° (ref. mapa ou similar)	un	10,00	7,00	87,04	1.540,36	0,11%
2.1.1	10349	ORSE Curva horizontal 50 x 50 mm para eletroduto metálico, com ângulo 90° (ref. mapa ou similar)	un	10,00	7,00	17,18	1.252,25	0,09%
2.1.1	TCE - 014	PROPRIO Fumecimento e instalação de 16 unidades 50 x 50 mm para eletroduto metálico (ref. mapa ou similar)	un	10,00	1,00	30,83	2.191,15	0,16%
2.1.1	103	ORSE Fumecimento e instalação de eletroduto metálico 50 x 50 x 3000 mm (ref. sistema ou similar)	un	20,00	7,00	41,82	8.718,57	0,64%
2.1.1	TCE - 013	PROPRIO Curva 90° item galvanizado 4x2"	un	8,00	7,00	178,17	9.806,50	0,75%
2.1.1	101875	ORSE Eletroduto em ferro galvanizado paralelo sem variação 2" x 3m	un	10,00	7,00	349,47	17.462,85	1,39%
2.1.1	10188	SNAPE Eixo de energia o tomaz	un	1,00	1,00	20.145,45	32.145,05	1,54%


Sendo assim, o marco inicial para contagem do reajuste em sentido estrito é a referida data.

### 3. DATA DO FATURAMENTO DOS VALORES DO CONTRATO

Todo o valor do contrato foi faturado após o período de 1 ano da data base do orçamento, como observado na nota fiscal referente as medições 01, 02 e 03, cuja as datas estão nas notas.


 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e</b>		Número da Nota 49 Data e Hora de Emissão 28/07/2025 13:35:08 Código de Verificação VSELLE0M										
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Razão Social:</b> SILICON ENERGIA SOLAR LTDA <b>CPF / CNPJ:</b> 41.085.310/0001-33 <b>Inscrição Municipal:</b> 14 13 0925333-1 <b>Endereço:</b> R. DA GLÓRIA, 000175 - BAIRRO: CENTRO CIVICO - CEP: 80030060 <b>Tel.:</b> 41 - 991968448 <b>Município:</b> CURITIBA <b>UF:</b> PR <b>Email:</b> business.dev@siliconsolar.com.br												
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Nome/Razão Social:</b> MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE <b>CPF / CNPJ:</b> 95.684.544/0001-26 <b>IMU:</b> <b>Outro Doc.:</b> <b>Endereço:</b> R JOSE DE FRANCA PEREIRA, 10 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 08523000 <b>Município:</b> SANTA MARIA DO OESTE <b>UF:</b> PR <b>Email:</b>												
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b> FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR FOTOVOLTAICA EM IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4123857/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, COM A ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA. REFERENTE A PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO 54/2024 1ª MEDIÇÃO: 14.32% FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS: R\$ 83.029,80 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: R\$ 77.211,00 DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ AG: 3892 CC: 99867-9 CNPJ: 41.085.310/0001-33 Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 147.799,76 IR - R\$ 2.403,61 / ISS RETIDO - R\$ 1.544,22 / INSS - R\$ 8.493,21 <b>VALOR TOTAL DA NOTA - R\$ 160.240,80</b> <b>Código da Atividade</b> 07-02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI). <table border="1"> <thead> <tr> <th>Valor Total das Deduções (R\$)</th> <th>Base de Cálculo (R\$)</th> <th>Alíquota (%)</th> <th>Valor do ISS (R\$)</th> <th>Crédito p/ Abatimento do IPTU</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>83.029,80</td> <td>77.211,00</td> <td>2,00</td> <td>1.544,22</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table> <b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2008. Esta NFS-e não gera crédito pois o ISS é devido fora do município de CURITIBA. O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço.			Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU	83.029,80	77.211,00	2,00	1.544,22	0,00
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU								
83.029,80	77.211,00	2,00	1.544,22	0,00								

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e</b>		Número da Nota 53 Data e Hora de Emissão 15/09/2025 16:37:27 Código de Verificação F9T0SC00										
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Razão Social:</b> SILICON ENERGIA SOLAR LTDA <b>CPF / CNPJ:</b> 41.085.310/0001-33 <b>Inscrição Municipal:</b> 14 13 0925333-1 <b>Endereço:</b> R. DA GLÓRIA, 000175 - BAIRRO: CENTRO CÍVICO - CEP: 80030060 <b>Tel.:</b> 41 - 991968448 <b>Município:</b> CURITIBA <b>UF:</b> PR <b>Email:</b> business.dev@siliconsolar.com.br												
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Nome/Razão Social:</b> MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE <b>CPF / CNPJ:</b> 95.684.544/0001-26 <b>IMU:</b> <b>Outro Doc.:</b> <b>Endereço:</b> R JOSE DE FRANCA PEREIRA, 10 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 08523000 <b>Município:</b> SANTA MARIA DO OESTE <b>UF:</b> PR <b>Email:</b>												
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b> FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR FOTOVOLTAICA EM IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N°4123857/2023, FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, COM AITAIPU BINACIONAL PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA. REFERENTE A PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO 54/2024 2ª MEDIÇÃO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS: R\$ 325.099,63 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: R\$ 216.733,09 DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ AG: 3892 CC: 99867-9 CNPJ: 41.085.310/0001-33 Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 529.370,57 IR - R\$ 8.127,49 / ISS RETIDO - R\$ 4.334,66 <b>VALOR TOTAL DA NOTA - R\$ 541.832,72</b> <b>Código da Atividade</b> 07-02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI). <table border="1"> <thead> <tr> <th>Valor Total das Deduções (R\$)</th> <th>Base de Cálculo (R\$)</th> <th>Alíquota (%)</th> <th>Valor do ISS (R\$)</th> <th>Crédito p/ Abatimento do IPTU</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>325.099,63</td> <td>216.733,09</td> <td>2,00</td> <td>4.334,66</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table> <b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009. Esta NFS-e não gera crédito pois o ISS é devido fora do município de CURITIBA. O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço.			Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU	325.099,63	216.733,09	2,00	4.334,66	0,00
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU								
325.099,63	216.733,09	2,00	4.334,66	0,00								

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br



 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e</b>		Número da Nota 56 Data e Hora de Emissão 04/11/2025 16:31:01 Código de Verificação CFUULEON		
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Razão Social:</b> SILICON ENERGIA SOLAR LTDA <b>CPF / CNPJ:</b> 41.085.310/0001-33 <b>Inscrição Municipal:</b> 14 13 0925333-1 <b>Endereço:</b> R. DA GLÓRIA, 000175 - BAIRRO: CENTRO CÍVICO - CEP: 80030060 <b>Tel.:</b> 41 - 991968448 <b>Município:</b> CURITIBA <b>UF:</b> PR <b>Email:</b> business.dev@siliconsolar.com.br				
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> <b>Nome/Razão Social:</b> MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE <b>CPF / CNPJ:</b> 95.684.544/0001-26 <b>IMU:</b> <b>Outro Doc.:</b> <b>Endereço:</b> R JOSE DE FRANCA PEREIRA, 10 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 08523000 <b>Município:</b> SANTA MARIA DO OESTE <b>UF:</b> PR <b>Email:</b>				
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b> FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR FOTOVOLTAICA EM IMOVEIS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, CONFORME INSTRUMENTO DE REPASSE N° 4123857/2023, FIRMADOS ENTRE O MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR, COM A ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA. REFERENTE A PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO 54/2024 3ª MEDIÇÃO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS: R\$41.692,65 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: R\$375.233,83 DADOS BANCÁRIOS BANCO ITAU AGENCIA: 3892 CONTA: 998679 CNPJ: 41.085.310/0001-33 Valor Líquido da Nota Fiscal = R\$ 409.421,81 ISS RETIDO - R\$ 7.504,67 <b>VALOR TOTAL DA NOTA - R\$416.926,48</b>				
<b>Código da Atividade</b> 07-02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI).				
<b>Valor Total das Deduções (R\$)</b> 41.692,65	<b>Base de Cálculo (R\$)</b> 375.233,83	<b>Aliquota (%)</b> 2,00	<b>Valor do ISS (R\$)</b> 7.504,67	<b>Crédito p/ Abatimento do IPTU</b> 0,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009. Esta NFS-e não gera crédito pois o ISS é devido fora do município de CURITIBA. O ISS desta NFS-e será RETIDO pelo Tomador de Serviço.				

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

Destas feitas considerando que os serviços foram executados após a anualidade prevista na Lei 14.133/2021 e na Cláusula 5. do Contrato em epígrafe, referido valor deve ser reajustado.



## 4. DO VALOR DO REAJUSTE

Considerando os esclarecimentos acima, apresenta-se o cálculo abaixo:

**Valor reajuste (R\$) = Valor (R\$) x índice de reajuste (%)**

Onde,

Valor do contrato: R\$ 1.119.000,00

Índice de reajuste (IPCA acumulado de dez/2023 a dez/2024): 5,418350%


Valor reajuste = R\$ 1.119.000,00 x 5,418350%

**Valor reajuste = R\$ 60.631,34**

Para fins de comprovação do cálculo acima, informa-se que se utilizou a calculadora do cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil para calcular o valor reajustado:

14/10/2025, 15:32

BCB - Calculadora do cidadão


**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Calculadora do cidadão

Acesso público  
14/10/2025 - 15:32  
[CALFW0302]

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

**Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)**

**Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)**

**Dados informados**

Data inicial	12/2023
Data final	12/2024
Valor nominal	R\$ 1.119.000,00 ( REAL )

**Dados calculados**

Índice de correção no período	1,05418350
Valor percentual correspondente	5,418350 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.179.631,34 ( REAL )

\*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Ante todo o exposto, requer-se o pagamento do valor de reajuste no importe de **R\$ 60.631,34 (Sessenta mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos)**.

**Outrossim, requer-se que a resposta ao presente pedido seja realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.**

Agradecemos a atenção, oportunidade em que renovamos nossos votos de estima e consideração.

Termos em que, pede-se deferimento.

Curitiba, 12 de dezembro de 2025.

SILICON ENERGIA  
SOLAR  
LTDA:41085310000133

Assinado de forma digital por  
SILICON ENERGIA SOLAR  
LTDA:41085310000133  
Dados: 2025.12.15 07:55:38  
-03'00'

---

**SILICON**



**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Para: Setor de Licitação

Recebo o requerimento da Secretaria Municipal de Habitação e obras, referente ao Pedido de Aditivo de prazo e reajuste do Contrato Administrativo n.º 150/2024.

Assim o presente deverá tramitar:

- 1) A indicação de recursos de ordem orçamentaria pela divisão de contabilidade.
- 2) Assessoria Jurídica para a elaboração de parecer.
- 3) Após retorne ao Gabinete para manifestação.

Santa Maria do Oeste-Pr, 17 de dezembro de 2025.

Atenciosamente

**OSCAR DELGADO**  
Prefeito Municipal





# Município de Santa Maria do Oeste - 2025

## Saldo das contas de despesa

Calculado em: 17/12/2025

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso ( F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET )		Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
11 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E OBRAS		174.610,31	174.610,31	120.121,56	54.488,75
002 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO		174.610,31	174.610,31	120.121,56	54.488,75
04.122.0401.1052 Contrapartida e Execução de Convênios - Equipamentos		174.610,31	174.610,31	120.121,56	54.488,75
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
02630 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)		174.610,31	174.610,31	120.121,56	54.488,75
Total Geral		174.610,31	174.610,31	120.121,56	54.488,75

### Critérios de seleção:

Data do cálculo: 17/12/2025

Órgão entre: 11 e 11

Natureza de despesa entre: 4.4.90.52.00.00 e 4.4.90.52.00.00

Fonte de recurso entre: 00000 e 00000

  
**Marcia Renata Rosa**  
Contadora CRC-PR 05290410-1  
CPF 036.934.189-93



PREFEITURA MUNICIPAL

**Santa Maria do Oeste**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

**-PROCURADORIA JURÍDICA-**Parecer Jurídico**PARECER JURÍDICO N.º 60/2025****Processo nº 088/2024****Assunto:** Solicitação de concessão de reajuste de valores pela Lei 11.34**Interessada:** Silicon Energia Solar LTDA**Órgão solicitante:** Secretaria de Administração

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO.  
CONTRATO ADMINISTRATIVO.  
REAJUSTE  
CONTRATUAL. POSSIBILIDADE.  
DECURSO DO PRAZO DE 1 ANO ENTRE  
A APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO E  
O PAGAMENTO CONTRATUAL.

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de pedido formulado pela Empresa Silicon Energial Solar LTDA, já qualificada no presente processo, a qual requereu o reajuste em sentido estrito do Contrato de nº 150/2024.

Alegam os requerentes que houve o decurso do prazo de 1 ano entre a apresentação do orçamento em dezembro de 2023 e o efetivo pagamento, tendo o contrato sido faturado nas datas de 28/07/2025, 15/09/2025 e 04/11/2025 conforme as notas apresentadas pela requerente.

Assim, pleiteiam a incidência do reajuste previsto nas cláusulas 5.1 e 5.1.1 do referido contrato às notas supracitadas.

É a síntese do necessário.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 2.1 – Do regime constitucional e legal do reajuste contratual

O ponto de partida é a garantia constitucional de manutenção das condições efetivas da proposta, prevista no art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo a qual os contratos administrativos devem conter cláusulas que assegurem obrigações de pagamento com preservação da equação originalmente estabelecida entre encargos e remuneração.

No plano infraconstitucional, a Lei nº 10.192/2001 admite expressamente a estipulação de correção monetária ou reajuste por índices de preços gerais ou setoriais em contratos com duração igual ou superior a um ano, vedando periodicidade inferior à anual. Essa disciplina foi incorporada e aperfeiçoada pela Lei nº 14.133/2021, que exige, como cláusula necessária, a indicação do índice de reajustamento, da data-base e da periodicidade do reajuste em todos os contratos administrativos (art. 92, V), bem como fixa, como termo inicial da contagem da anualidade, a data do orçamento estimado a que a proposta se referir (art. 25, § 7º), vedando, de igual modo, periodicidade inferior a um ano (art. 25, § 8º).

No caso concreto, o contrato em exame contém cláusula específica de reajuste (cláusulas 5.1 e 5.1.1), na qual a Administração definiu o índice, a data-base e a periodicidade de atualização dos preços. Trata-se, portanto, de contrato perfeitamente enquadrado no regime jurídico do reajuste de preços, tanto sob a ótica constitucional quanto sob a ótica legal.

### 2.2 – Conceito de reajuste em sentido estrito

O reajuste de preços (reajuste em sentido estrito) é mecanismo técnico destinado a neutralizar, de forma automática e objetiva, os efeitos da inflação ordinária sobre o valor contratado, mediante aplicação de índice previamente definido no edital e no contrato, em periodicidade mínima anual.

O Tribunal de Contas da União, ao diferenciar reajuste e recomposição (revisão), já assentou que o reajuste, previsto nos dispositivos de licitações e contratos, “visa remediar os efeitos da inflação”, ao passo que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (revisão) destina-se a enfrentar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, de natureza extraordinária, que alterem substancialmente a equação contratual.

Em linha semelhante, a doutrina e o próprio TCU descrevem o reajuste como instrumento vocacionado à “reposição da perda do poder aquisitivo da moeda por meio de índices prefixados



no contrato administrativo”, com correção automática do desequilíbrio inflacionário a partir da data-base pactuada.

Portanto, o reajuste tem fundamento a) na inflação ordinária, e não em eventos extraordinários; b) opera por mera aplicação de fórmula pré-ajustada (índice, data-base e periodicidade); c) configura direito patrimonial do contratado, decorrente diretamente da combinação entre a lei, o edital e a cláusula contratual específica.

### **2.3 – Do termo inicial e da periodicidade: incidência no caso concreto**

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou o entendimento de que o reajuste contratual é devido após o transcurso de um ano, contado a partir de dois possíveis termos iniciais, mutuamente excludentes: (i) a data-limite para apresentação das propostas ou (ii) a data do orçamento estimativo a que a proposta se referir.

O Acórdão 83/2020-TCU-Plenário sintetiza esse entendimento ao afirmar que o reajuste de preços contratuais é devido após a anualidade, contada a partir da data-limite de apresentação das propostas ou da data do orçamento estimativo, nos termos da Lei nº 10.192/2001 e da legislação de licitações. O mesmo raciocínio foi reforçado no Acórdão 2.265/2020-TCU-Plenário, que reputa mais adequado, especialmente em obras e serviços de engenharia, adotar como data-base o orçamento estimativo, justamente para evitar a defasagem entre a estimativa de custos e a efetiva execução.

Mais recentemente, o TCU reafirmou a impropriedade de se contar o prazo de reajuste a partir da assinatura do contrato, deixando claro que o marco temporal correto é a data da proposta ou a data do orçamento estimado, conforme definido no edital e no contrato (Acórdão 1.587/2023-TCU-Plenário).

No presente caso, conforme narrado, transcorreu período igual ou superior a 12 (doze) meses entre a data-base do orçamento que balizou a contratação e a data de faturamento das medições do contrato. Estando satisfeita a periodicidade mínima anual, e havendo cláusula contratual expressa (5.1 e 5.1.1), impõe-se reconhecer a incidência do reajuste sobre as notas fiscais emitidas após o decurso desse interregno.

### **2.4 – Do direito subjetivo do contratado e da ausência de preclusão lógica**

Uma vez verificadas as condições legais (contrato de duração igual ou superior a um ano) e contratuais (cláusula de reajuste com índice, data-base e periodicidade), o reajuste passa a integrar o núcleo do direito patrimonial do contratado, de modo que, satisfeita a anualidade, nasce para ele um crédito decorrente da atualização dos preços.

A orientação doutrinária acolhida pela Advocacia-Geral da União, sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e mantida para a Lei nº 14.133/2021, é no sentido de que, em regra, não há preclusão lógica do direito ao reajuste em sentido estrito, por se tratar de mera aplicação, pela Administração, de índice previsto no contrato. Apenas em hipóteses excepcionais, quando o edital/contrato condiciona expressamente o reajuste a requerimento prévio e a parte, mesmo ciente, prorroga o contrato sem formular o pedido, poderia cogitar-se de renúncia tácita.

No regime da Lei nº 14.133/2021, essa compreensão foi reiterada, ressaltando-se que o reajuste consubstancia mera expressão da preservação da equação econômico-financeira do contrato, mediante correção monetária que reflita a variação efetiva dos custos de produção, e que se cuida de direito patrimonial disponível, cujo exercício, todavia, não se considera, em regra, renunciado pela simples prorrogação contratual.

Considerando que o Contrato sob exame a) prevê, nas Cláusulas 5.1 e 5.1.1, o índice e a data-base de reajuste; b) atingiu interregno igual ou superior a 12 (doze) meses entre a data-base do orçamento/proposta e o faturamento; e c) não há notícia de cláusula que condicione o reajuste a requerimento prévio como condição de existência do direito, conclui-se que o direito da contratada ao reajuste decorre de pleno direito, *ex lege e ex contractu*, bastando a verificação do decurso do prazo e a aplicação da fórmula pactuada. A ausência de pagamento tempestivo não extingue o direito, apenas converte a diferença em obrigação pecuniária ainda não adimplida pela Administração.

### **2.5 – Da possibilidade de pagamento posterior (efeitos retroativos)**

Embora as parcelas já tenham sido pagas sem a incidência do reajuste, não se trata de criação de vantagem nova, mas de regularização de obrigação preexistente, decorrente de cláusula contratual obrigatória e de disciplina legal cogente (Lei nº 10.192/2001 e Lei nº 14.133/2021).

A jurisprudência de Tribunais de Contas estaduais converge nesse sentido, ao admitir, inclusive em hipóteses mais complexas de reequilíbrio econômico-financeiro (revisão), a possibilidade de reconhecimento e pagamento de diferenças após a prorrogação ou até mesmo após o término do contrato.

Ainda no âmbito dos Tribunais de Contas estaduais, o Tribunal de Contas de Santa Catarina, em prejulgado de efeito vinculante (Prejulgado 0869), assentou que o reajuste de preços somente é admissível quando o contrato original contiver cláusula permitindo o reajuste, vedada a inserção dessa cláusula no curso da execução. Tal entendimento reforça, no caso em análise, a higidez jurídica do pleito da contratada, uma vez que o Contrato já contém, desde a origem, as Cláusulas 5.1 e 5.1.1 disciplinando o reajustamento

Considerando que o contrato terá vigência apenas até 17 de dezembro de 2025, importa registrar a necessidade de prorrogação da vigência do ajuste. A prorrogação destina-se a assegurar a continuidade da execução das obrigações das partes nas hipóteses e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, o direito da contratada ao reajuste já se encontrava aperfeiçoado durante a vigência contratual, em razão do decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir da data-base definida nas cláusulas 5.1 e 5.1.1 e da efetiva execução e faturamento do objeto nesse período. A ausência de aplicação tempestiva do índice pactuado não elide o direito, apenas gera a necessidade de regularização a posteriori, mediante recálculo das notas fiscais, apuração das diferenças devidas e subsequente pagamento das parcelas remanescentes. Não há, portanto, óbice jurídico a que o contrato seja regularmente prorrogado pelo prazo de 60 dias para o cumprimento da obrigação por parte do ente público.

Em consulta ao setor de Contabilidade, e considerando o exíguo prazo para empenho e pagamento até o recesso, foi informada a **possibilidade de realização do pagamento no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do despacho decisório, providência que se mostra juridicamente possível e administrativamente conveniente.**

Recomenda-se, assim, a formalização de aditivo de 60 dias ao referido contrato, visando o adimplemento da obrigação pelo ente municipal.

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se:

I – **Pelo reconhecimento, pela autoridade competente, do direito da contratada ao reajuste** previsto nas cláusulas 5.1 e 5.1.1 do contrato, relativamente às notas fiscais emitidas após o decurso de 12 (doze) meses contados da data-base do orçamento que fundamentou a contratação;

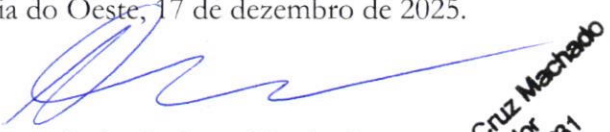
II – Pela determinação à unidade gestora do contrato para que recalcule as medições e notas fiscais atingidas, aplicando a fórmula de reajuste contratualmente prevista, e elabore memória de cálculo detalhada das diferenças eventualmente devidas;

III – **pela formalização de aditivo de 60 dias contados da data do despacho decisório**, respeitados os limites orçamentários e financeiros visando o cumprimento integral da obrigação pelo Município;

É o parecer.



Santa Maria do Oeste, 17 de dezembro de 2025.

  
Álvaro Luiz da Cruz Machado  
Procurador Municipal  
Álvaro Luiz da Cruz Machado  
Procurador  
OAB/PR 113.731



**DESPACHO**

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** o Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 150/2024, com base no Art. 136 inciso I e Art. 92 inciso V, da Lei 14.133/2021.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitação e Contratos.

Santa Maria do Oeste-Pr, 17 de dezembro de 2025.

**OSCAR DELGADO**  
Prefeito Municipal

**2º TERMO ADITIVO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2024**

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **SILICON ENERGIA SOLAR**, inscrita no CNPJ sob o Nº 41.085.310/0001-01, com sede na Rua da Glória, nº 175, Centro Cívico, Curitiba/Pr, neste ato representado pelo Sr. JEFERSON JOSÉ TARNOWSKI portador do CPF: 070.258.529-70 e no RG 10.530.530-3 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 136 inciso I e Art. 92 inciso V, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.181.750,54 (Um milhão, cento e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula nona do Contrato Administrativo nº 150/2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VIGÊNCIA:** O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, vigorando assim até 17/02/2026.

**CLÁUSULA QUARTA:** Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 17 de dezembro de 2025.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26



RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**OSCAR DELGADO**  
Prefeito Municipal

SILICON ENERGIA  
SOLAR  
LTDA:41085310000133

Assinado de forma digital por  
SILICON ENERGIA SOLAR  
LTDA:41085310000133  
Dados: 2026.01.05 08:51:26  
+03'00'

**SILICON ENERGIA SOLAR**

**Testemunhas**

Andreia Kaviak  
RG: 13.498.652-2  
CPF: 101.862.579-88

Fernando Lopes  
RG: 7.605.179-8  
CPF: 033.183.689-03



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

FLS. 871

LICITAÇÃO  
2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **SILICON ENERGIA SOLAR**, inscrita no CNPJ sob o N.º 41.085.310/0001-01, com sede na Rua da Glória, n.º 175, Centro Cívico, Curitiba/Pr, neste ato representado pelo Sr. JEFERSON JOSÉ TARNOWSKI portador do CPF: 070.258.529-70 e no RG 10.530.530-3 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 136 inciso I e Art. 92 inciso V, da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.173.528,98 (um milhão cento e setenta e três mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula nona do Contrato Administrativo nº 150/2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VIGÊNCIA:** O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, vigorando assim até 17/02/2026.

**CLÁUSULA QUARTA:** Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 18 de dezembro de 2024, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 17 de dezembro de 2025.

OSCAR DELGADO	
Prefeito Municipal	SILICON ENERGIA SOLAR

Testemunhas

Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:  
Andreia Kaviak  
Código Identificador:0E2FA439

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 22/12/2025. Edição 3432

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





**ERRATA:** No 2º TERMO DE ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2024

EDIÇÃO 3432 do dia 22 de DEZEMBRO de 2025 – DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

**LEU-SE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.173.528,98 (um milhão cento e setenta e três mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

**Leia-se**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.181.750,54 (Um milhão, cento e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

FLS. 84

**LICITAÇÃO**  
**ERRATA**

No 2º TERMO DE ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2024 EDIÇÃO 3432 do dia 22 de DEZEMBRO de 2025 – DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

**LEU-SE:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.173.528,98 (um milhão cento e setenta e três mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

**Leia-se**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR:** De acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 136, inciso I, e art. 92, inciso V, fica aditivado o Contrato Administrativo nº 150/2024, conforme o resultado da correção pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), resultando em um reajuste no valor de R\$ 54.528,98 (cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos), correspondente ao índice de reajuste acumulado no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024, equivalente a 4,873010% passando o valor total do contrato de R\$ 1.119.000,00 (um milhão cento e dezenove mil reais) para R\$ 1.181.750,54 (Um milhão, cento e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos). Alterando os valores dos itens contratado.

**Publicado por:**

Andreia Kaviak

**Código Identificador:**7E38C428

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/01/2026. Edição 3441

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>